



A AVALIAÇÃO CURRICULAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: A VISÃO DA ESCOLA

Andrea Maria Rocha Rodrigues

Universidade Federal do Ceará
andrearodrigues@ymail.com.br

Marcos Antônio Martins Lima

Universidade Federal do Ceará
marcos.a.lima@terra.com.br

Introdução

A avaliação pode parecer um tema recente mas não o é. Apesar de muito se ouvir falar em avaliação, o seu conceito está presente hoje nas mais diversas áreas e agentes da educação. Podemos citar, dentre outros: alunos, professores, planos de estudos, materiais e instituições escolares, programas, reformas e políticas educacionais e como a própria avaliação. Um campo que se destaca atualmente é, toda via, o do currículo, abrindo espaço à avaliação curricular.

A presente pesquisa versa sobre esta nova investigação, porém ganha um sentido mais obsoleto, quando se resgatam todos os componentes da própria ação avaliativa, seus conceitos, métodos e utilização dos resultados. Sendo assim, tem-se como objetivos: 1. identificar a percepção do Núcleo Gestor escolar sobre a avaliação que é feita nos currículos das escolas públicas estaduais do município de Fortaleza; e 2. analisar se há por parte da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) uma avaliação nos currículos das escolas públicas estaduais.

Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa de campo, para entender a relação entre teoria e prática. Como instrumentos de coleta de dados, fez-se



uso de entrevista semi-estruturada, respondida pelo núcleo gestor, por ser sujeito ativo na escola.

Construindo Conceitos: o Dito

Para se entender o que vem a ser avaliação curricular, será necessário apresentar a nossa visão da avaliação em um contexto geral.

A avaliação no sistema escolar não é um tema recente; contudo, nos dias atuais muito se ouve falar dela. Na verdade, o que vem a ser, entretanto, avaliação? Segundo Hoffman (2002, p.10):

A avaliação é substancialmente reflexão, capacidade única e exclusiva do ser humano, de pensar sobre seus atos, de analisá-los, julgá-los, interagindo com o mundo e com os outros seres, influenciando e sofrendo influências pelo seu pensar e agir.

Mesmo sabendo que a avaliação não é, portanto, um tema restrito apenas à aprendizagem do aluno ou ao campo educacional, mas também faz parte da natureza do ser humano, vamos restringir este trabalho, contudo, primeiramente ao caráter educacional da ação avaliativa e, em seguida, destacar a avaliação curricular.

A avaliação da aprendizagem é discutida por muitos autores. Luckesi (1995 p.09), um dos mais conceituados nessa área prefere, por exemplo, defini-la como sendo “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. Como o próprio autor diz, essa conceituação é bem mais abrangente, pois ultrapassa os limites instrumentais da avaliação da aprendizagem e dá subsídios às decisões do processo ensino-aprendizagem.



Ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, pode-se perceber que a avaliação é tomada, tradicionalmente, como um instrumento para informar o professor do rendimento da aprendizagem de seus alunos, identificando suas deficiências e tentando solucionar as suas dificuldades no decorrer do ano letivo, classificando-os no fim do semestre ou do período educacional.

Quando se fala em avaliar a aprendizagem dos alunos, logo se constata, pois, um processo seletivo, levando o professor às práticas avaliativas perversas e excludentes. É preciso questionar os princípios que fundamentam tais práticas avaliativas, que são cada vez mais estreitas e padronizadas.

Esse modelo de avaliação é também conhecido como avaliação classificatória. Hoffman (2002, p. 20) nos diz que ele “funda-se na competição e no individualismo, no poder, na arbitrariedade presentes nas relações entre professores e alunos, entre os alunos e os próprios professores”.

Um outro aspecto que merece destaque no que tange à avaliação é o professor, pois este continua sendo, junto com a escola, a figura central no processo de ensino-aprendizagem, tornando-se, portanto, imprescindível que ele auto-avalie seu trabalho e reflita sobre o tipo de avaliação utilizada.

É preciso saber desenvolver um processo mediador de avaliação, no qual o professor tenha uma nova visão do que seja avaliação, formando alguém que provoca, questiona, confronta e exige novas e melhores soluções a cada momento. Este tipo de avaliação tem por finalidade promover a melhoria da realidade educacional e não simplesmente classificá-la.

Como afirma Machado (2002, p. 292):



Grande parte da responsabilidade pelas altas taxas de repetência e conseqüentemente evasão resulta de uma concepção inadequada sobre o significado do conhecimento e a caracterização dos processos avaliativos. Trata-se, portanto, de um gravíssimo problema de natureza eminentemente pedagógica, sobre o qual, muitas vezes, é bastante difícil dialogar, mesmo com os professores.

O professor deve desenvolver um processo mediador de avaliação, que segundo Hoffman (2002, p. 112), deve ser “um processo de permanente troca de mensagens e significados, um processo interativo, dialógico, espaço de encontro e confronto de idéias entre educador e educando em busca de patamares qualitativamente superiores”.

Na avaliação da aprendizagem, o foco de análise é o aluno em relação ao conhecimento, ao professor e ao espaço escolar. No que tange à avaliação curricular, podemos dizer que o objeto de preocupação é, mais especificamente, a problemática da explicação, compreensão e interpretação dos resultados dos currículos.

Tem-se a impressão de que, quando se fala em avaliação curricular, todos os conceitos e princípios da avaliação estão embutidos nela. De acordo com Silva (2000, p. 13), “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir”. Devemos ter, pois, a noção de conhecimento, de homem e mundo, incluindo aqui a sociedade. Sendo assim, a avaliação curricular nos dará os resultados, ou seja, se os objetivos foram ou não alcançados.

Sobre a definição dos objetivos da avaliação curricular, é interessante citar, aqui, os pensamentos, de Estrela e Nóvoa (1993, p. 27):



as necessidades educativas que permitem enquadrar alguns dos juízos de valor que se espera que sejam produzidos no quadro da avaliação curricular, como sejam o do impacto do programa ou currículo, o da sua validade ou pertinência, ou o da sua utilidade. Sendo também as necessidades que permitem avaliar os objetivos do programa, projeto ou currículo.

Ralph Tyler tem como foco central em sua pesquisa a avaliação dos objetivos, cujo modelo

é bastante simples e parte do princípio de que educar consistiria em gerar ou mudar padrões de comportamento, devendo, em consequência, o currículo ser constituído com base na especificação de habilidades desejáveis, expressas em objetivos a serem alcançados. (VIANNA, 2000 p. 50)

Sendo assim, a avaliação curricular diz respeito à análise e compreensão dos objetivos a serem alcançados; sua preocupação é com a melhoria da qualidade do ensino, visto que o currículo, quando não eficiente e não eficaz, compromete o produto do sistema.

Este modelo de avaliação oferece os elementos necessários para uma análise crítica e uma reformulação, se for o caso, dos currículos. Segundo Tyler apud Vianna (2000, p. 51), essa avaliação teria, ainda, “como objetivo convalidar as hipóteses formuladas na estruturação dos novos currículos, que refletiriam o sistema de crenças e valores sociais e culturais da sociedade em que está inserida a escola”.

Em síntese, a avaliação curricular está diretamente ligada à avaliação dos objetivos educacionais, como foi expresso, levando em consideração todos os conceitos, métodos e utilização dos resultados própria da ação avaliativa.



Análise dos Resultados: o Feito

Nosso trabalho se caracteriza por uma pesquisa de campo, que, de acordo com Marconi Apud Silva (2002, p. 45), “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se preocupa com a resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relações entre eles”.

A problemática que envolve e viabiliza a pesquisa é traduzida na seguinte pergunta: existe uma avaliação feita nos currículos das escolas públicas estaduais no município de Fortaleza-Ce? De que forma essa avaliação é feita?

Dentre os procedimentos técnicos da presente pesquisa, o processo de coleta de dados foi baseado em entrevista semi-estruturada com um membro do núcleo gestor: o diretor. O ambiente da pesquisa foi (1) uma escola pública estadual no município de Fortaleza-Ce, constituindo-se de um estudo de caso que, de acordo com Silva (2002, p. 48), se caracteriza “por apresentar grande flexibilidade, sendo impossível estabelecer um roteiro rígido que determine com precisão como deverá ser desenvolvida a pesquisa”. A análise de dados adotou técnicas qualitativas.

A escola estadual, localizada no município de Fortaleza (CE), situa-se em um bairro nobre, oferecendo os ensinos fundamental e médio. Sua infra-estrutura é boa, possui um pátio amplo, quadra, salas de informática, atendimento educacional especializado, multimeios (sala de leitura e vídeo), coordenação pedagógica, sala de professores e demais dependências.

A apresentação dos resultados obtidos, coletados por meio de entrevistas, foi dividida em duas catego-



rias de análise: (1) conceitos sobre avaliação, currículo e avaliação curricular e (2) a prática da avaliação curricular, seja ela interna ou externa. Entende-se por avaliação curricular interna aquela feita pela própria escola, e avaliação curricular externa aquela vinda por parte dos técnicos da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

Para melhor contextualização, foi perguntado ao membro do núcleo gestor, ou seja, ao diretor, há quanto tempo ele estava na direção da escola. O entrevistado respondeu: doze anos; o que deixara claro se há ou não, seja por parte da SEDUC ou da escola, uma prática de se avaliar os currículos.

Na entrevista, foram feitas três questões subjetivas referentes à primeira categoria (conceitos sobre avaliação, currículo e avaliação curricular) e duas questões de múltipla escolha referente à segunda categoria (prática da avaliação curricular, seja ela interna ou externa). Na primeira, evidenciava-se o entendimento do núcleo gestor sobre avaliação curricular. A segunda, dava-se ênfase a efetivação da avaliação curricular na escola pública estadual. Para essas duas categorias, as alternativas eram: sempre, freqüentemente, ocasionalmente e nunca. E o respondente não poderia marcar mais de uma opção.

Assim, ao perguntar o que o diretor entendia por avaliação, sintetizou em: “processo que verifica o nível de efetivação do processo de ensino e aprendizagem”. Da mesma forma, resumida, respondeu, ao perguntar o que entendia por currículo: “reflete o conteúdo necessário para o aluno estudar, associando com a sua vida”. Por fim, ao perguntar o que seria a avaliação curricular, respondeu: “busca os resultados daquilo que foi solicitado como objetivos”.



Percebe-se, a partir da análise dos dados e da teoria aqui apresentada, que o membro do núcleo gestor tem noção do que venha a ser avaliação curricular, pois suas afirmações corroboram com o que escreve R. Ochs apud Lewy, (1979, p. 6):

Este termo é freqüentemente usado para designar igualmente o programa de uma determinada matéria e de uma determinada série, o programa de uma dada matéria para um ciclo inteiro de estudos ou programa total de diferentes matérias para um ciclo inteiro ou mesmo para todos os ciclos. Além disso, o termo 'currículo' é algumas vezes usado num sentido mais amplo para abranger as várias atividades educacionais por meio das quais o conteúdo é transmitido, assim como os materiais usados e os métodos empregados.

Em relação à segunda categoria, primeiro se perguntou: com que freqüência há uma avaliação dos currículos do ensino fundamental das escolas públicas estaduais por parte dos técnicos da SEDUC? A resposta foi: "ocasionalmente, e justificou afirmando que nunca viu nenhum tipo de avaliação do currículo em si, mas reuniões e discussões eventuais com os coordenadores pedagógicos sobre o assunto".

Esta resposta nos mostra que não existe por parte dos técnicos da SEDUC uma avaliação sistemática para se averiguar os currículos em si, mesmo com os baixos índices de desempenho no Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará (SPAECE).

Vale apenas resalta que o SPAECE, criado em 1992, realizou oito levantamentos em amostras de alunos, aplicando testes de Língua Portuguesa e Matemática. Após ter passado por várias denominações e modificações ao longo de sua implementação, o Sistema Permanente de



Avaliação Básica do Ceará (SPAECE) foi criado com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria da aprendizagem com base na aferição do desempenho escolar dos alunos.

De uma amostra inicial, restrita apenas a um município, o SPAECE foi gradativamente sendo ampliado. Primeiro, estendendo-se aos 14 municípios sedes das antigas Delegacias Regionais de Educação (DERE), hoje Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) em número de 21. Em 2003 passou a atingir todas as cidades do Ceará, com uma amostra de 28.557 alunos de 8ª série o ensino fundamental e de 3ª série do ensino médio. Em 2004 ocorre a maior e mais significativa mudança no SPAECE, quando, pela primeira vez, passa a incorporar a rede municipal de ensino, avaliando o maior contingente de escolas e estudantes desde sua criação.

Por fim, perguntou-se com que frequência o núcleo gestor da escola avalia o seu currículo. A resposta foi: frequentemente, justificando que há uma preocupação em se “ajustar” os conteúdos do currículo à experiência de vida do aluno.

Sabe-se que a questão central, de acordo com Silva (2000, p. 13), para “qualquer teoria do currículo é a de saber que conhecimento deve ser ensinado. De uma forma mais sintética a questão central é: o quê?” Porém, para responder a essa questão, ainda na visão do autor, deve-se procurar entender as diferentes teorias sobre a natureza humana, a aprendizagem e o desenvolvimento em virtude das diversas visões de mundo.

Tal resultado nos mostra que falta um maior acompanhamento por parte da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE) na avaliação dos currículos, embora a escola seja a principal responsável por esta



avaliação. Este trabalho, todavia, não se encerra aqui, pois a pesquisa sinalizou a necessidade de maiores aprofundamentos no estudo da avaliação curricular e comparativos entre dados de técnicos da SEDUC e membro do núcleo gestor das escolas públicas estaduais do município de Fortaleza-CE.

Bibliografia

ESTRELA, Albano e NÓVOA, Antônio (org.). *Avaliação em educação: novas perspectivas*. Porto: Ed. Porto, 1993.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 3ª ed. Porto Alegre: mediação, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, Nilson José. *Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Marise Borba da. *Introdução à pesquisa em educação*. Florianópolis: UDESC, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Teorias do currículo: uma introdução crítica*. Porto: Ed. Porto, 2000.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Avaliação educacional: teoria, planejamento e modelos*. São Paulo: IBRASA, 2000.